

Foto: Brazil

Até as medidas paliativas vão mal

A política econômica está a um passo da falência total, minada pelos erros de um Executivo fraco e sem rumo e pelo completo desacerto entre os chamados poderes da República. O presidente José Sarney e seus ministros já não podem ser acusados de apenas combater os sintomas da crise nacional e de não tocar nas verdadeiras causas da inflação. Seu desempenho já é pior que isso. Os gastos públicos permanecem descontrolados e nenhuma gordura foi retirada, até agora, da balofa máquina estatal, mas a omissão não termina aí. O Executivo já nem consegue administrar políticas paliativas e isso ficou claro na última semana.

As medidas cambiais anunciadas na sexta-feira pelo ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, são um bom indicador de como se deteriora a política econômica. Em primeiro lugar, faltou realismo ao Executivo para manter o dólar oficial na posição correta ao longo dos últimos meses. Essa foi a grande causa do declínio registrado, nos últimos meses, no saldo comercial.

Em segundo lugar, o governo

incorre no risco, hoje, de produzir, com a desvalorização cambial recém-decretada, um impacto inflacionário bem superior ao que teria resultado de uma política de câmbio mais ajustada a partir do Plano Verão. O irrealismo da política fica mais patente ainda quando se considera o estreitamento do espaço de manobra. O governo foi obrigado a fazer em condições desfavoráveis o que poderia ter realizado, antes, de modo planejado e mais eficaz.

A rigor, os ministros econômicos têm cada vez menos iniciativa em matéria de política econômica. A própria criação de um título vinculado ao dólar — a versão cambial do Bônus do Tesouro Nacional — é apenas uma resposta ao movimento, já intenso, de remessa legal de recursos para o Exterior. A fuga de capitais, dentro e fora dos padrões da lei, assume proporções assustadoras e já é estimada, por especialistas, em cerca de US\$ 12 bilhões ao longo de 1989. Só as remessas regulares, a título de pagamento de lucros e dividendos, foram estimadas em cerca de US\$ 2 bilhões no primeiro semestre. Mas os problemas vão além.

Incapaz de atacar as questões essenciais e até de tomar a tempo as providências paliativas, o Executivo também não consegue resultados quando age acertadamente. A derrubada do veto presidencial à nova lei de salários, na última semana, mostra mais uma vez o profundo desacerto entre as funções executiva e legislativa. O veto presidencial se justificou principalmente pela necessidade de evitar-se o agravamento da crise financeira da Previdência. O Congresso ignorou, simplesmente, as razões ditadas pelo bom senso administrativo e impôs aos ministros econômicos a tarefa absurda de buscar dinheiro, não importa onde, para cobrir despesas não cobertas pelas provisões orçamentárias. Certamente isso não é governar. Muitos congressistas, encantados, talvez, com os poderes conferidos ao Parlamento pela nova Constituição, não entenderam, ainda, sua função governamental. Nos Estados Unidos, a palavra governo é usada, corretamente, para designar o conjunto dos poderes da República. Executivo, Legislativo e Judiciário são designados como ramos do governo. No Brasil, onde o regi-

me é nominalmente presidencialista, quem tem o poder final de decisão recusa-se a assumir a responsabilidade administrativa, e quem deve cuidar, oficialmente, da administração, não tem poder para programar seus gastos de acordo com seus recursos. Feita a soma das partes que não se ajustam, a conclusão é inevitável: o País não dispõe de governo em sentido estrito. Não se trata apenas de mau governo, mas de ausência total de um sistema articulado de decisão e de ação.

Nessas condições, é quase um milagre o País ainda não haver mergulhado no caos da hiperinflação. O desgoverno condena o Executivo a meramente reagir ao agravamento da situação e — como foi dito — até essa reação tem sido insuficiente e fora de hora. As melhores hipóteses com que vem trabalhando o ministro da Fazenda não são muito distantes das piores. Quando a maior ambição de um administrador é evitar o desastre completo até a próxima eleição, os cidadãos têm todo o direito de sentir-se desamparados e expostos a todo tipo de perigo. Dificilmente um fim de mandato seria mais melancólico.